

As diferentes facetas da gestão territorial das Terras Indígenas no Brasil: semelhanças e contrapontos

Marília Gabriela Rezende*

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Manaus, Amazonas, Brasil.
mariliageoufam@gmail.com

doi:10.18472/SustDeb.v6n2.2015.14850

RESENHA

Cássio Noronha Inglez de Souza e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida (orgs.). *Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil. Coleção Educação para todos. Série Vias dos Saberes. Brasília: Editora UNESCO, 2013. 272 p.*

Fruto dos estudos desenvolvidos pelo Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, *Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil* foi produzido a partir de uma parceria do laboratório com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação. Com o advento das políticas públicas voltadas a gestão territorial e ambiental das terras indígenas (TIs), cresceu o número de projetos destinados à “adequada” gestão territorial dessas áreas. Entretanto, são poucos os projetos que contemplam as diferenças culturais, obstam o preconceito e reconhecem a complexidade de gestão de uma TI. Desta forma, o livro objetiva promover, a partir de um processo reflexivo, a valorização da diversidade linguística, dos modos de vida e das visões de mundo dos povos indígenas e as suas inserções nos projetos de gestão territorial.

O livro destina-se aos profissionais de nível técnico e superior, gestores, ocupantes de cargo do Estado, e estudantes que desenvolvem pesquisas relacionadas à gestão de TIs. Trata-se de uma publicação inovadora que, dividida em seis partes, apresenta tópicos especiais e inéditos sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas, com exemplificações pontuais que permitem ao leitor transitar da teoria à prática.

Os antropólogos Cássio Noronha Inglez de Souza, assessor de disseminação do Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), e Fábio Vaz Ribeiro de Almeida, professor visitante da Universidade Federal do Amazonas, apresentam a problemática da gestão territorial e as suas implicações na cosmologia indígena. Eles contaram com contribuições significativas do antropólogo Guilherme Martins de Macedo, coordenador técnico do Projeto Vigisus II, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), e da bióloga Maira Smith, doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília, UnB.

A primeira parte do livro, escrita por Souza, aborda os elementos fundamentais que devem ser trabalhados nos projetos de gestão territorial. O autor afirma que as políticas territoriais mais efetivas são as que incorporam a proteção territorial, a interculturalidade, a participação indígena, e a sustentabilidade ambiental. Entretanto, em alguns momentos ocorre confusão entre a gestão territorial e a gestão ambiental, conceitos que deveriam ser claramente distinguidos um do outro, para facilitar a análise do leitor. A segunda parte, também escrita por Souza, expressa a importância da dimensão fundiária na gestão de TIs, apresentando as duas facetas do processo demarcatório: a intensificação dos conflitos territoriais e o fortalecimento dos movimentos indígenas que buscam resolver esses conflitos. O autor cita o exemplo do povo Wajãpi, do Amapá, envolvido em um processo de demarcação territorial que teve significativa relação com o seu processo de auto-reconhecimento, ocorrido na década de 1980.

A terceira parte, escrita por Fabio Almeida e Guilherme Martins, trata da dimensão cultural da gestão territorial. Os autores acentuam a importância de desenvolver iniciativas que contemplem a proteção, valorização e instrumentalização do conhecimento tradicional dos povos indígenas, citando o exemplo dos povos Kuikuro e Xavante. Essas iniciativas podem ser alicerçadas por meio da produção de livros e de etnomapeamentos, formas de registro do patrimônio imaterial. O povo Kuikuro documentou a sua cultura a partir da gravação dos seus cantos e rituais; já o povo Xavante teve os seus conhecimentos tradicionais resgatados com a institucionalização do projeto “Resgate do Conhecimento e Uso das Batatas Tradicionais”. As exemplificações narradas mostram que os projetos de gestão territorial efetivos não são fruto da utopia, mas realidades possíveis, que estão sendo desenvolvidas em diversas TIs.

A quarta parte, escrita por Maira Smith e Fabio Vaz Ribeiro de Almeida, expõe a necessidade de valorizar a dimensão ambiental na gestão territorial de TIs, visto que a segurança alimentar dos povos indígenas está intimamente relacionada com as condições ambientais. Desta forma, esses povos necessitam de conjunturas ecossistêmicas básicas para se reproduzirem socialmente. Para tanto eles contribuem significativamente com a conservação dos elementos constituintes do sistema ambiental. Para exemplificar, os autores citam o povo Kaingang, que perdeu parte de suas terras, teve os seus espaços ambientalmente degradados, e hoje luta pela reconquista territorial, acentuando a importância da dimensão ambiental na gestão territorial. Assim sendo, os autores fazem uma reflexão relevante sobre a tênue distinção entre a dimensão fundiária e a dimensão ambiental, visto que o tamanho das áreas delimitadas como TIs pode impactar positivamente ou negativamente o sistema ambiental. Áreas maiores permitem a rotatividade produtiva do solo, enquanto áreas menores geram atividades agrícolas intensivas e pontuais, causando maior impacto.

A quinta parte, também escrita por Smith e Almeida, discute a dimensão econômica da gestão territorial. Os autores afirmam que o etnodesenvolvimento é imprescindível na formulação dos projetos de gestão de TIs, pois as relações econômicas dos povos indígenas se traduzem de forma diferenciada no território. Citam o exemplo de alguns povos e TIs que tiveram problemas com a inserção de empreendimentos externos e cooptadores, com destaque para a TI Tremembé, que acolheu um empreendimento turístico (resort) que causou um impacto ambiental expressivo.

A sexta parte, escrita por Souza, acentua a importância da dimensão política na gestão territorial. Como os povos indígenas estabelecem relações de poder com não-indígenas e com o Estado, essas relações influenciam significativamente as relações sociais. Englobar essas lógicas nos projetos de gestão territorial significa reconhecer o papel das organizações e lideranças indígenas e estabelecer prioridades de ação. O “Acampamento Terra Livre”, uma reunião anual das lideranças indígenas, realizada em Brasília, é um exemplo profícuo da participação dos povos indígenas e de seus representantes nas políticas de gestão territorial.

Os exemplos de gestão territorial eficaz citados na obra mostram que a possibilidade de sucesso na gestão de TIs é real, e não utópica, mas indicam que ela só será realizada se houver respeito à interculturalidade e às cosmologias dos povos indígenas, visto que um projeto só pode ter efetividade se for socialmente aceito. O livro apresenta exemplos pertinentes que sustentam essa posição. Outra virtude da obra é que ela tem uma estruturação transdisciplinar, apesar de tratar isoladamente das diferentes dimensões da gestão territorial. A obra é indicada para ativistas da questão indígena e ambiental, pois fornece subsídios teóricos e práticos para a análise e a formulação de projetos voltados à gestão territorial das TIs. Portanto, o livro introduz rupturas paradigmáticas, pois quebra galimatias e sofismas presentes no âmbito da sociedade “moderna”.